



AUTONOMIA DO ALUNO E PRÁTICA DOCENTE: Uma análise a partir da obra Experiência e Educação de John Dewey

Débora Costa dos Reis Santos;
Ludmila Correia Santos;
Luiz Carlos Dias Reis;
Yasmin dos Santos Freitas;
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus¹

RESUMO

Este artigo compreende parte das análises de um trabalho realizado no Seminário Interdisciplinar de Pesquisa no interior da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica em 2014 cujo o objetivo foi o de analisar a obra *Experiência e Educação* do autor John Dewey a luz das teorias desenvolvidas nas disciplinas daquele semestre. Nesse quadro o nosso grupo assumiu o exame do tema autonomia do aluno em sala de aula e a prática docente. Para tanto percorremos a obra recolhendo as abordagens sobre o tema e relacionamos a algumas teorias pedagógicas desenvolvidas, principalmente as da Psicologia da Educação. Ao problematizar se a existência da liberdade, segundo a obra do autor, em sala de aula é compatível com uma prática pedagógica renovada. Pode-se então, empreender diante da totalidade desse conceito na obra de Dewey (1979), que a autonomia é, também, um resultado de uma prática docente, já que a liberdade bem aproveitada pode gerar boas consequências para os discentes.

Palavras Chaves: Autonomia do aluno; Prática docente; *Experiência e Educação*, John Dewey.

INTRODUÇÃO

Este artigo compreende parte das análises de um trabalho realizado no Seminário Interdisciplinar de Pesquisa no interior da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica em 2014, cujo objetivo foi o de analisar a obra **Experiência e Educação** do autor John Dewey a luz das teorias desenvolvidas. Nascido na cidade de Burlington no estado de Vermont nos Estados Unidos em 1859, a maior contribuição para a educação de John Dewey veio de casa, sua mãe confiava tarefas aos filhos para despertar o senso de responsabilidade, enquanto, sua educação escolar foi marcada pelo desinteresse e desestímulo. Vem a falece de pneumonia, em Nova York, em 2 de junho de 1952.

A obra apresenta as diferenças e implicações entre a pedagogia tradicional e a pedagogia

¹ Professora adjunta do DEDCX-UNEB – defatima.lu@gmail.com

renovada, entre a questão da renovação e da transmissão do conhecimento, revelando as ambiguidades entre a educação tradicional e a educação progressiva. Para Dewey (1979), a escola foi marcada por esta a oposição histórica, em que a escola tradicional transmitia o conhecimento produzido no passado as novas gerações, impondo regras e normas de conduta ética e moral e preparando o jovem para ser bem sucedido. Enquanto a escola nova traz uma crítica e este contexto alegando que a escola tradicional se esquivava de ensinar a nova geração os conhecimentos construídos recentemente, e os alunos diante de sua pouca experiência e em obediência a tradição escolar, acabam aceitando. Observa o autor:

A história de teoria de educação está marcada pela oposição entre a ideia de que educação é desenvolvimento de dentro para fora e a de que é formação de fora para dentro; a de que se baseia nos dotes naturais e a de que é um processo de vencer as inclinações naturais e substituí-las por hábitos adquiridos sob pressão externa. (DEWEY, 1979, p.3).

No quadro dessa obra focalizamos a questão da liberdade do aluno em sala de aula, para analisar a utilização desse conceito nas teorias pedagógicas. Assim, a indagação que percorre todo este trabalho consiste em compreender se a existência da liberdade em sala de aula que leve a autonomia dos alunos, está relacionada a uma determinada prática da pedagogia. Assim, procuramos investigar as razões de harmonização da ideia de liberdade com a prática docente em sala de aula na obra de Dewey, com o objetivo de identificar as possibilidades encontradas no exercício docente, procurando discorrer sobre os efeitos produzidos nos alunos do abuso de autoridade do professor.

DOS CONCEITOS DE LIBERDADE E AUTONOMIA

A concepção de Dewey a acerca da natureza da liberdade na obra analisada é a de que “a única liberdade de importância duradoura é a liberdade de inteligência, isto é, liberdade de observação e de julgamento com respeito a propósitos intrinsecamente válidos e significativos” (1979, p.59). Tal conceito, por si só, parece delimitar ou restringir a ação do sujeito enquanto livre para também se movimentar ou locomover-se. Entretanto, o autor sinaliza com bastante propriedade que a liberdade de movimento é essencial como meio para se conhecer o sujeito/aluno que observa e julga e com o qual o professor precisa tratar. A imobilidade ou a subserviência deste, produzirá sempre disfarces cada vez mais eficazes para elevar o grau de dificuldade de discernimento, num jogo de esconde-esconde com o observador-professor. Assim a indocilidade e rebeldia, embora



desconfortáveis, não podem ser simplesmente reprimidos, sob pena não apenas de inibir a saúde física e mental do aluno, como também fabricar uma realidade in compreensível em sala de aula.

A concepção de liberdade como direito de ir e vir, fazendo aquilo que se quer ou que se pode fazer, socializando o que se pensa sem considerar o seu entorno, pode se aperfeiçoar para o conceito de *autonomia*, no qual o indivíduo é consciente, livre e responsável na sua relação consigo e com os outros. O que implica em também manter regras, criadas coletivamente, para o agradável convívio em conjunto. Regras são parte da vida como um todo, existem leis da física, leis de trânsito, leis trabalhistas, leis para as crianças e adolescentes, para os idosos, entre outros. Enfim, o mundo é feito por leis. Estas feitas a fim de garantir uma boa convivência entre as pessoas, são um mecanismo, não de controle, mas de harmonia que possibilita o maior aproveitamento no relacionamento interpessoal. A escola, por ser parte integrante do meio social, precisa também, de regras a fim de que seus alunos estabeleçam relação com os outros harmoniosamente e aprendam o bom convívio entre professores e outras pessoas. As regras são, portanto, necessárias.

Mas, é preciso, também, entender que a regra não é para ser usada como um mecanismo de aprisionamento, mas, sim, para conseguir exercer a plenitude da liberdade que todo indivíduo possui, uma vez que esta liberdade, não é, pura e simplesmente, fazer o que bem entender, quando e como quiser. A liberdade a que Dewey (1979) se refere é aquela controlada, guiada pela razão e sobre os domínios da inteligência, e não aquela que segue a mera vontade e desejo individual. Até porque, “a pessoa cujo comportamento está assim governado - na realidade desgovernado - tem, quando muito, a ilusão de liberdade. Na verdade, está dirigida por forças sobre as quais não tem comando” (p.64).

A questão, então, é que diferentemente da pedagogia tradicional, que impedia os pensamentos próprios dos alunos, a educação que tenha a ideia de liberdade incorporada ao seu currículo será mais bem aproveitada. Ela precisa agir de maneira que possibilite a atuação do professor sobre as peculiaridades de cada aluno. Afinal, não se pode transmitir uma informação a outrem, sem que saiba se realmente o será útil, ou se ao menos ele entendeu, “tudo passa, então, a depender do uso que é feito dessa liberdade” (p.60), o professor, mais do que nunca, precisa conhecer seu aluno, o que lhe possibilitará criar formas de incorporar o conteúdo escolar à vivência do educando. Segundo o autor,

Sem esta liberdade, é praticamente impossível ao professor conhecer as pessoas com que terá de tratar. [...] Todos os que estão familiarizados com escolas desse tipo sabem que, por



trás dessa fachada, seguem seu curso, despercebidos, os pensamentos, imaginações, desejos e furtivas atividades. [...] Basta contrastar esta situação altamente artificial com a das relações humanas em condições normais, fora da escola, como as de uma família bem conduzida, para se ver quanto é fatal aquela situação para o conhecimento e a compreensão pelo professor da criança ou do jovem que ele admite, esteja educando. Sabemos que, sem essa compreensão da individualidade do aluno, só por acidente conseguirá o mestre que as matérias de estudo e os métodos de instrução usados se integrem no aluno de modo a efetivamente dirigir-lhe o desenvolvimento da mente e do caráter (DEWEY, 1979, p.60-61).

Com isso, entende-se que a individualidade é importante, e traz consigo uma vantagem grande para o processo de aprendizagem. Conhecer é a chave para educar com propriedade, para isso, é preciso que haja conversa. Manter o diálogo com seus alunos é uma maneira de compreendê-los, saber o que eles pensam identificar seus reais problemas, ou qualidades. Sobre isto Sodré (2012) discorre sobre as relações entre professor e aluno, observando que é preciso conversar e manter uma relação amigável a fim de que possibilite a atuação dos professores como seres responsáveis pela educação formal das crianças, como aquele que lhes mostrarão os conceitos com planejamentos flexíveis para que haja possibilidade de inovação com o decorrer do desenvolvimento da sala.

A autora explica que costumamos julgar os outros com um simples olhar, as pessoas olham e interpretam como uma prática recorrente, quando na verdade e preciso mais que um olhar, é necessário, observação, convivência e diálogo. Após entender a importância de uma relação com diálogo entre professor e aluno, é preciso também estabelecer que em um processo de educação que tenha a liberdade dos alunos como meta “não pode haver completa quietude num laboratório, ou numa oficina” (DEWEY, 1979, p.61), ou seja, é necessário quebrar com a quietude da pedagogia tradicional e promover uma explosão de ideias, com liberdade de criação dos alunos. É necessário encontrar neles a atração pelo conhecimento, assim como produzi-lo, para tanto é preciso que haja o real envolvimento entre o conhecimento e o educando. Mas esse processo só funcionará se vier acompanhado com o processo de reflexão, ambos devem andar juntos, observa o autor.

A reflexão e o movimento são processos igualmente necessários, portanto, equilibrá-los em sala de aula é um desafio para educadores, segundo Dewey (1979). Agindo dessa forma, as possibilidades de sucesso serão mais eficazes tendo em vista que a educação é um processo pelo qual forma-se o homem para todos os aspectos da vida, ou seja, tem o poder de formar caracteres. Essas necessidades ajudam o indivíduo entender que precisa pensar, para agir de maneira consistente. O homem do futuro precisará tomar decisões, e a escola, sem dúvida, é uma auxiliadora



nesse processo. (DEWEY, 1979, p.63). Assim é necessário que o professor leve seus alunos a entenderem as suas atitudes e as consequências que elas acarretam.

Na experiência com as professoras, a autora Liana Sodré percebeu que a dificuldade de elas se relacionarem com diálogo impedia o ensino adequado, como forma de garantir uma atuação de professores e alunos no processo de construção da consequência dos atos realizados. (SODRÉ, 2012). A educação, então, não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível. É preciso que os professores entendam que a formação é sempre construída de acordo com acertos e erros, erros esses que devem ser corrigidos com ajuda de diferentes áreas do conhecimento, para entender melhor o ocorrido, e também saber como agir.

Então, liberdade em sala de aula envolve dedicação, paciência e interesse do professor, disciplina e regras socialmente justificadas e criadas, que possibilitará autonomia do corpo discente, como indivíduos capazes de tomar decisões, refletir, tomar atitudes adequadas em situações adversas bem como desenvolvimento do intelecto para atividades escolares e extraescolares.

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO DE AUTORIDADE DO PROFESSOR EM SALA DE AULA E NA ESCOLA

Para Dewey, na escola tradicional, o modo mais comum dos professores agirem em sala de aula é através do uso de regras, leis que regem e orientam o comportamento dos alunos. Impondo estas regras de tal modo que eles fiquem submetidos, sem acordo ou colaboração mútua, criando, assim, um distanciamento entre ambos. Com isso, o professor impõe um modo autoritário, e restringe a liberdade intelectual de seus alunos. Compreende-se assim que muitos problemas ocorridos são ocasionados pelo uso de autoridade e controle indevido, com restrição da liberdade intelectual no interior da escola e da sala de aula. Assim,

A educação tradicional, em oposição à proposta de uma escola nova, recorre às suas ideias típicas que se referem à liberdade de movimento, como se este fosse o único ato de liberdade, com abuso da autoridade, restringindo, entretanto, a liberdade moral e intelectual dos alunos (DEWEY, 1979, p.59).

Podemos identificar os problemas do uso indevido da prática pedagógica no trabalho de Sodré, em que a autora faz uma avaliação do comportamento dos alunos e professores em sala de aula, dando o exemplo do exercício da autoridade dos professores, que diante da pesquisa percebem o equívoco nas estratégias utilizadas. Numa pesquisa feita em uma escola municipal, realizada por

esta pesquisadora, cujo objetivo foi trabalhar com os professores, para tentar resolver algumas dificuldades enfrentadas com os alunos em sala de aula. Dois grandes problemas foram pontuados: o fato de os professores interpretarem as atitudes dos alunos sem saber o que realmente acontecia, e o outro a questão da autonomia que não era estimulada nos alunos, pois os professores entendiam que era necessário levar em conta aquilo que pensavam, em detrimento da opinião do grupo como aspecto exclusivo.

Informar os professores sobre esta questão tanto pode otimizar a aprendizagem como também melhorar a qualidade de vida, diminuindo o stress entre professores e alunos. Sodré (2002) diagnosticou que:

O trabalho com as professoras mostrou que analisar e discutir a visibilidade da criança ajudou a romper com práticas conservadoras que oprimem as crianças, que historicamente já vem sofrendo um processo de exclusão (p.31).

O abuso de autoridade por parte do professor tem, ao menos, dois possíveis lados: o primeiro é a depreciação da imagem da criança, como resultado do *bullying* social, o segundo consiste na valorização de determinado aluno, dando-lhe destaque dentre os outros, mesmo mediante situações negativas do ponto de vista do professor. Procurar a melhor resolução para cada caso pode ser um modo mais saudável tanto para os alunos, como para os professores.

Por saúde, não ser um conceito apenas físico, mas também mental, o trabalho do professor é considerado uma atividade desgastante e estressante, já que afeta esses dois lados. O que mais chama a atenção da degradação, corporal e mental, dos professores, dentre tantos motivos, é o desinteresse e a indisciplina por parte dos alunos. Quando imerso em um ambiente de estresse permanente, o professor descobre que um dos focos geradores de suas enfermidades é exatamente a sala de aula. Estudos informam que

cerca de um terço dos docentes avaliados, apresentavam sinais de stress e de *burnout* entre os principais problemas de saúde. O mesmo estudo indica que a frustração, a ansiedade, a irritabilidade, a exaustão emocional e os sintomas depressivos graves eram alguns dos problemas encontrados ao nível da saúde dos professores (CHAN, apud GOUVEIA, 2010, p.19).

Leite (2007), em pesquisa com mais de oito mil professores da educação básica da rede pública na região Centro-Oeste do Brasil, revelou que 15,7% dos entrevistados apresentam a síndrome de Burnout, que reflete intenso sofrimento causado por estresse laboral crônico:

A enfermidade acomete principalmente profissionais idealistas e com altas expectativas em relação aos resultados do seu trabalho. Na impossibilidade de alcançá-los, acabam decepcionados consigo mesmos e com a carreira (p. 58).



A pesquisadora destaca os sintomas que caracterizam a síndrome de *burnout*: exaustão emocional, baixa realização profissional e despersonalização. Com relação ao primeiro, 29,8% dos professores pesquisados apresentaram exaustão emocional em nível considerado crítico. Quanto à baixa realização profissional, a incidência foi de 31,2%, enquanto 14% evidenciaram altos níveis de despersonalização (LEITE, 2007, p.109).

As consequências de o professor por não lidar com a liberdade dos alunos, é que seu desejo de que os alunos aprendam o conteúdo, para que lhe sirva para a vida, não é atendido e isto resulta em tristeza e desmotivação, assim é possível notar que o comportamento negativo dos alunos infere diretamente na vida do professor: eles são o reflexo da atuação do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a educação com o fim de preparar o indivíduo para ter domínio sobre si mesmo, segundo Dewey, seria o ideal, pois quando não ordenado pela inteligência, o homem torna-se escravo de circunstâncias acidentais (p. 64). Ao problematizar se a existência da liberdade em sala de aula é compatível com a prática pedagógica renovada, percebemos que para Dewey, sim. Pois a liberdade e autonomia dos alunos é um processo construído em sala de aula junto ao professor e se bem aproveitada, pode gerar boas consequências, tanto para os discentes como também para os docentes. A liberdade em sala de aula desenvolve as potencialidades dos alunos. E com o poder da liberdade nas mãos, do professor, pode manter um equilíbrio. O bom uso da liberdade aflora competências que serão cobradas no futuro ao indivíduo, portanto, faz-se necessária a liberdade como um mecanismo de construir a autonomia.

Partindo do princípio da contradição, ao analisar a atuação do professor que não consegue lidar com a liberdade dos alunos, observa-se que ambos (professor/aluno) são prejudicados. O professor, porque afeta a sua saúde, com estresses e sentimento de insatisfação. E o aluno que não aprende. Assim o abuso da autoridade, pode ser visto como um mecanismo que dificulta a aprendizagem, tendo em vista às suas más consequências.

Conclui-se que a liberdade usada de modo coerente, pode servir a aprendizagem dos conteúdos mas também para desenvolver habilidades requeridas aos alunos no futuro ou no presente, tais como, a capacidade de tomar decisões, analisar as consequências de seus atos, e rever seu papel diante da sociedade. A liberdade pode ser usada como estratégia de interação interpessoal



para a aprendizagem do conteúdo de forma mais aperfeiçoada e comprovada por estudos. A liberdade dos alunos em sala de aula possibilita o afloramento das potencialidades dos alunos, e que num aperfeiçoamento pode-se chegar a autonomia como resultado de uma liberdade refletida em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. (1989). **Crianças vitimizadas:** a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu.
- DEWEY, John. **Experiência e educação.** Tradução de Anísio Teixeira. 3 ed. SP: Editora Nacional, 1979.
- LEITE, Nádía Maria Beserra. **Síndrome de Burnout e relações sociais no trabalho:** um estudo com professores da educação básica. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia, 2007.
- MARIANO, Maria do Socorro Sales; MUNIZ, Hélder Pordeus. *Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental.* Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 6, n.1, 1º semestre de 2006.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita:** repensar a forma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório sobre a saúde no mundo: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Genève: World Health Organization, 2001, 173p.
- PERRENOUD, P. (1993). **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote/Instituto de Inovação Cultural.
- SODRÉ, Liana. G. P. (2012). **A relação professor(a) aluno(a) no processo educacional:** um debate necessário. In: Lenira Peral Rengel. (Org.). Corpenectivos em dança. 1ed. São Paulo: Anadarco, v. 1, p. 31-46.